



Nota técnica 04/2016-CRS - Concurso n. 0716 - CFO/2017.

Visando melhor compreensão das questões recorridas pelos candidatos do Concurso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, PARA O ANO DE 2017 (CFO-2017) – EDITAL DRH/CRS N. 07/2016, apresentamos o embasamento legal para as questões das provas, conforme quadro abaixo:

CFO / QPPM		
QUESTÕES	RESPOSTA CORRETA	JUSTIFICATIVA EMBASAMENTO LEGAL
<p>2ª QUESTÃO PROVA A, B e C.</p> <p>– Leia o excerto a seguir e marque a alternativa CORRETA. <i>“Dotô.Vê, <u>ansim com os óio</u>, eu num posso dizê que vi. Mas sei que ele é ladrão mêmo”</i>. Quanto ao emprego da vírgula, a oração sublinhada tem a função de:</p> <p>A. () Conjunção pospositiva B. () Adjunto adnominal. C. () Adjunto adverbial. D. () Adjetiva explicativa.</p>	C	<p>A proposta da questão é identificar e classificar o fragmento destacado, que se encontra entre vírgulas e trata-se de um adjunto adverbial deslocado, de acordo com as alternativas oferecidas como respostas.</p> <p>Portanto, o termo “oração” constante do enunciado torna-se irrelevante para a compreensão da questão e não induz o candidato ao erro.</p>
<p>3ª QUESTÃO PROVA A, B e C.</p> <p>– Marque a alternativa CORRETA. Quanto à diversidade linguística no texto apresentado, podemos afirmar que o autor optou por:</p> <p>A. () utilizar uma variação diastrática. B. () utilizar uma variação diafásica. C. () utilizar uma variação histórica. D. () utilizar uma variação diatópica.</p>	A	<p>Em que pese a alegação do recorrente, foram verificadas, por amostragem aleatória, trinta cadernos de provas utilizados pelos próprios candidatos, sendo dez de cada tipo, ou seja, Prova A, B e C, não sendo detectado, a olho nu, com o caderno depositado sob a mesa, posição regulamentar a ser adotada pelos candidatos durante a resolução da prova, bem como levantando-se os cadernos ou colocando-os contra a luz.</p> <p>Durante a aplicação da prova não houve relatos da</p>

		<p>detecção da suposta marcação, por nenhum candidato, aos aplicadores, bem como, o fato não foi relatado pelos envolvidos na aplicação da prova. Durante o período de recursos é que alguns candidatos alegaram que ao imprimirem o gabarito fornecido pelo CRS, em determinadas impressoras, perceberam a marcação. Porém, as provas foram impressas em uma única impressora e são idênticas e isentas da citada marcação. Destarte, razão não assiste ao recorrente.</p>
<p>4ª QUESTÃO PROVA A, B e C. – Nas alternativas abaixo, apenas uma das palavras sublinhadas poderia ser substituída pela que está entre colchetes sem sofrer alteração de sentido. Assinale a alternativa em que a substituição está CORRETA.</p> <p>A. () Mas, como não temos provas cabíveis, <u>palpáveis</u> e congruentes.... você está, por mim, absolvido. [açoitado] B. () Num <u>carece</u> de vê, dotô! Todo mundo sabe que ele róba. [convir] C. () E foi numa dessas que sumiu o relógio do cumpadi João, um cidadão por demais conhecido por aquelas <u>bandas</u> do Pau Fincado. [conjunto] D. () Todo mundo daquele arraial já estava até acostumado com os tais furtos. E a coisa chegou a tal ponto de <u>constância</u> que bastava alguém da por falta de qualquer objeto e lá vinha o comentário: “Ah, foi o Justino Larápio”. [persistência]</p>	<p>D</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO.</p>
<p>6ª QUESTÃO PROVA A / 31ª PROVA B / 21ª PROVA C – Considerando o que se estabelece a respeito das espécies e os sujeitos da infração penal, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.</p> <p>I. A legislação penal brasileira utiliza uma divisão tripartida com relação às espécies de infração penal, dividindo se em crimes, delitos e contravenções. I. As contravenções penais são infrações de menor potencial ofensivo a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. II. Nos crimes permanentes o resultado se arrasta na linha do tempo necessitando de várias ações e resultados fáticos.</p>	<p>C</p>	<p>O crime habitual é aquele que exige a reiteração de atos reveladores de um modo de vida do agente. A prática de um ato isoladamente não é hábil a consumir o crime. Configurando-se, apenas, com a prática de vários atos, suficientes para caracterizar o tal estilo de vida. A propósito, sintetizam Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar: “O crime habitual é aquele que materializa o modo de vida do infrator, exigindo, para a consumação, a reiteração de condutas, que por sua repetição, caracterizam a ocorrência da infração.” (Távora, Nestor; Alencar, Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. 8 ed. rev. amp. e atual.: Salvador, JusPodivm, 2013, p. 569). O delito habitual é aquele cuja consumação se dá</p>

<p>III. O sujeito passivo da infração penal é o titular do bem jurídico ofendido, posto em perigo ou agredido.</p> <p>IV. Nos crimes habituais o resultado é o conjunto de ações/omissões que demonstram um estilo de vida próprio.</p> <p>Marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas</p> <p>B. () Apenas as assertivas I, III e V estão incorretas.</p> <p>C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.</p> <p>D. () Apenas as assertivas II e V estão incorretas.</p>		<p>através da prática de várias condutas, em sequência, de modo a evidenciar um comportamento, um estilo de vida do agente, que é indesejável pela sociedade, motivo pelo qual foi objeto de previsão legal. Uma única ação é irrelevante para o Direito Penal. Somente o conjunto se torna figura típica, o que é fruto da avaliação subjetiva do juiz, dependente das provas colhidas, para haver condenação. (Nucci, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 9 ed. rev. atual. e ampl.: São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009, p. 609).</p> <p>Assim, a presente assertiva é verdadeira, pois o crime habitual se exige a prática de várias condutas, analisadas em conjunto no momento da aplicação da lei penal, a fim de se verificar se houve ou não habitualidade. Deste modo, não há como prosperar o presente recurso.</p>
<p>09ª QUESTÃO PROVA A / 34ª PROVA B / 24ª PROVA C</p> <p>– Considerando o que estabelece pelo Código Penal Brasileiro, mais especificamente sobre o crime de homicídio, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.</p> <p>I. É causa de aumento de pena, a prática do crime contra integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função.</p> <p>II. É causa de diminuição de pena, no caso de feminicídio, se o crime for cometido na presença de descendentes ou de ascendente da vítima.</p> <p>III. No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.</p> <p>IV. São consideradas circunstâncias legais que qualificam o crime de homicídio, a realização do tipo penal: por motivo fútil, à traição, mediante dissimulação e com emprego de explosivo.</p> <p>Marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Apenas as assertivas II e III estão incorretas</p> <p>B. () Apenas as assertivas I e II estão incorretas.</p> <p>C. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.</p> <p>D. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.</p>		<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>

<p>11ª QUESTÃO PROVA A / 36ª PROVA B / 26ª PROVA C</p> <p>– Na lição de Edilson Mougnot Bonfim (2012), o “inquérito policial é o procedimento administrativo, preparatório e inquisitivo, presidido pela autoridade policial, e constituído por um complexo de diligências realizadas pela polícia, no exercício da função judiciária, com vistas à apuração de uma infração penal e à identificação de seus autores”. Nesse sentido, considerando o que apregoa a lei processual penal, marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Na fase pré-processual, se a indicação da autoria, materialidade e circunstâncias exigir a elaboração de Exame de Corpo de Delito, a defesa tem o direito de participar da produção da prova indicando assistente técnico</p> <p>B. () Instaurado o Inquérito Policial e, tendo a autoridade policial carreado para os autos provas inequívocas de que o agente praticara a conduta amparado por excludente de ilicitude, deve a investigação ser encerrada e os autos arquivados pela autoridade policial, sendo desnecessária a comunicação formal ao juízo haja vista cuidar-se de procedimento administrativo.</p> <p>C. () Quando o requerimento do ofendido ou de seu representante não apresentar conjunto probatório indiciário mínimo à abertura de investigação, ou quando o fato não ostentar contornos de criminalidade, a autoridade policial poderá recusar a instauração de inquérito.</p> <p>D. () Com a eclosão do delito, tem-se que o Inquérito Policial é imprescindível à propositura da ação penal.</p>	<p>C</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>
<p>12ª QUESTÃO PROVA A / 37ª PROVA B / 27ª PROVA C</p> <p>QUESTÃO – No que diz respeito à atividade probatória admitida no processo penal brasileiro, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda ao que se pede.</p> <p>I. As regras do ônus da prova visam determinar, em cada situação, a quem incumbe a produção de provas acerca de cada fato.</p> <p>II. A “teoria dos frutos da árvore envenenada” não encontra guarida no regramento processual penal brasileiro.</p> <p>III. O Código de Processo Penal não apresenta um rol taxativo dos meios de provas admissíveis, lado outro, aduz que os únicos fatos acerca dos quais o meio de prova é prescrito pela lei são aqueles referentes ao estado das pessoas.</p> <p>IV. Diz-se emprestada a prova produzida em um processo, e depois transladada a outro, com o fim de nele comprovar determinado fato.</p>	<p>B</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>

<p>V. Sendo parcas as provas produzidas no curso do processo penal pode o juiz, à luz do princípio do “livre convencimento motivado”, fundamentar a sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase inquisitorial.</p> <p>Marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () As assertivas I, IV e V estão incorretas. B. () As assertivas I, III e IV estão corretas. C. () As assertivas II e III estão corretas. D. () As assertivas I e IV estão incorretas.</p>		
<p>13ª QUESTÃO PROVA A / 38ª PROVA B / 28ª PROVA C</p> <p>– Considerando os preceitos que regem o procedimento de “busca e apreensão” e, tendo-se por referência o previsto no Código de Processo Penal (CPP), marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Em se tratando de busca domiciliar realizada durante o dia em cumprimento a mandado judicial, a autorização do morador é prescindível. B. () Em se tratando de busca domiciliar, o uso da força e o arrombamento só têm cabimento em caso de desobediência do morador. C. () Em face da violação à intangibilidade do direito à intimidade e à privacidade, a busca pessoal requer a respectiva ordem judicial. D. () Quando a própria autoridade policial ou judiciária realizar pessoalmente a busca domiciliar, o mandado de busca e apreensão constitui-se em instrumento prescindível.</p>	<p>A</p>	<p>A alternativa ‘D’ praticamente reproduz, a <i>contrario sensu</i>, a norma art. 241 do Código de Processo Penal, que estabelece que “[...] quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.”</p> <p>É cediço que o aludido dispositivo, em sua literalidade, não foi recepcionado pela Constituição Federal por violar frontalmente a norma insculpida no seu art. 5º, inciso XI, que consagra a cláusula de reserva de jurisdição para relativizar a garantia da inviolabilidade de domicílio.</p> <p>Não merece prosperar a alegação da recorrente de que o enunciado da questão, ao estabelecer que as alternativas deveriam ser analisadas tendo por referência o previsto no CPP, afastou a necessidade de interpretação constitucional do art. 241 do CPP, em sua literalidade, porque o mesmo enunciado também previu que, além dos dispositivos do CPP, deveriam ser considerados, na resposta, os preceitos que regem o procedimento de busca e apreensão. É cediço que as normas do processo penal são mais amplas que as disposições do CPP e tem sede, inclusive na Constituição Federal.</p>

<p>14ª QUESTÃO PROVA A / 39ª PROVA B / 29ª PROVA C</p> <p>– No processo penal, as medidas cautelares de natureza pessoal são “aquelas medidas restritivas ou privativas da liberdade de locomoção adotadas contra o imputado durante as investigações ou no curso do processo” (Renato Brasileiro de Lima, 2011). A respeito do tema e, tendo por referência o que apregoa o Código de Processo Penal (CPP), marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, tanto na fase pré-processual quanto no curso do processo</p> <p>B. () O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivos, porém, tendo por supedâneo a segurança jurídica e presunção da inocência, é defeso ao juiz voltar a decretar nova medida cautelar em desfavor daquele que, no mesmo processo, houver sido beneficiado com a revogação da medida cautelar.</p> <p>C. () Em se tratando de medida cautelar diversa da prisão, o CPP veda a sua aplicação cumulativa e, tal vedação, constitui-se em garantia do jurisdicionado em face do poder punitivo do Estado.</p> <p>D. () As condições pessoais do indiciado ou acusado têm o condão de influenciar o julgador quando da aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal.</p>	<p>D</p>	<p>A simples leitura do enunciado do art. 282, § 2º, do CPP permite concluir que o juiz somente pode decretar as medidas cautelares, <i>ex officio</i>, no curso do processo, pois, na fase investigatória, somente pode fazê-lo mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.</p> <p>Outra não poderia ser a disposição do CPP, visto que, à luz do modelo acusatório de processo penal consagrado pela Constituição Federal, a atuação judicial na fase do inquérito policial há de ser para fins exclusivos de tutela das liberdades públicas.</p> <p>Se, por um lado, é certo que não há, no direito brasileiro, qualquer impedimento à decretação de medidas cautelares por iniciativa do juiz, incluindo a prisão preventiva, quando no curso do processo e justificada pela necessidade de proteção à sua efetividade, pois o modelo acusatório não contempla a inércia do magistrado em relação à adoção de medidas tendentes a proteger a efetividade do processo, por outro lado, o mesmo não se verifica em relação à fase da instrução preliminar, na qual o magistrado não pode, sem provocação, cuidar da efetividade da investigação, visto que não lhe cabe zelar pela conveniência da investigação. (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 18 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014, p. 527).</p>
<p>15ª QUESTÃO PROVA A / 40ª PROVA B / 30ª PROVA C</p> <p>– No que diz respeito à prisão, marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Lavrado o auto de prisão em flagrante e não havendo o preso indicado nome de advogado, a autoridade policial, ao encaminhar os autos ao juiz, também encaminhará cópia integral ao Ministério Público</p> <p>B. () A homologação do auto de prisão em flagrante pela autoridade judiciária indicando cuidar-se de prisão legal, não é suficiente para que o preso permaneça acautelado no curso da instrução criminal.</p>	<p>B</p>	<p>A alternativa ‘C’ da questão está incorreta porque contraria textualmente a regra do artigo 306 do Código de Processo Penal (CPP), a qual prevê que, além do juiz competente e da família do preso ou de pessoa por ele indicada, a prisão deve ser comunicada também ao órgão do Ministério Público (MP).</p> <p>Não mercê prosperar o argumento de que essa disposição contraria a norma constitucional, insculpida no art. 5º, inciso LXII, da Constituição Federal, a qual restringe a comunicação da prisão ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, nada dizendo acerca dessa comunicação ao MP.</p> <p>Em que pese a norma constitucional não faça referência à necessidade de comunicação da prisão ao MP, isso não significa que o legislador ordinário não possa ampliar essa garantia e incluir o MP no rol</p>

<p>C. () O Ministério Público não é destinatário do comunicado de prisão em flagrante haja vista faltar-lhe atribuição para a realização do juízo de legalidade quanto à prisão. A comunicação é dirigida ao juiz e à família ou pessoa pelo preso indicada.</p> <p>D. () A prisão temporária será decretada pelo juiz, de ofício ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá prazo de cinco dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.</p>		<p>das autoridades e pessoas que devem ser comunicadas acerca da prisão de alguém. Ao Parquet cabe, institucionalmente, a defesa da ordem jurídica, o que inclui o controle de legalidade dos atos prisionais. (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 18 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014, p. 331)</p> <p>O que não pode é a norma infraconstitucional reduzir as garantias franqueadas constitucionalmente. Agora, se o legislador ordinário ampliar as garantias, como por exemplo, prevendo a obrigatoriedade de comunicação da prisão ao MP, não há que se falar em inconstitucionalidade.</p> <p>O que o CPP vez foi ampliar a regra constitucional que consagra o direito do preso de comunicar a sua prisão à sua respectiva família ou à pessoa por ele indicada, além da garantia dessa comunicação à autoridade judiciária competente, que atua como garantidor dos direitos fundamentais do preso na fase pré-processual e no controle da legalidade dos atos e medidas de natureza cautelar.</p> <p>O art. 311 do Código de Processo Penal (CPP) não versa sobre a prisão temporária e sim sobre a prisão preventiva, que é um instituto jurídico diferente da prisão temporária, que tem regramento próprio e é disciplinada pela Lei n. 7.960/1989.</p> <p>Ademais, ao contrário do que ocorre com a prisão preventiva, o juiz não pode decretar a prisão temporária ex officio haja vista cuidar-se de prisão atrelada à investigação policial.</p>
--	--	---

16ª QUESTÃO PROVA A / 06ª PROVA B / 31ª PROVA C

– Em relação às formas qualificadas do furto, previstas no artigo 240 do Código Penal Militar (Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O furto será qualificado quando a coisa furtada for veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado
- B. () O furto será qualificado quando for praticado com violência contra a pessoa e com emprego de arma de fogo.
- C. () O furto será qualificado quando a coisa furtada pertencer à Fazenda Nacional.
- D. () O furto será qualificado quando for praticado durante o repouso noturno.

O Código Penal Comum (Decreto-Lei n. 284840), em seu §1º, art. 155, estabelece o seguinte:
Art. 155 – Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena – (...)

Causa de aumento de pena

§1º – A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o **repouso noturno**.
(...)

O Código Penal Militar (Decreto-lei n. 1001/69), em seu §4º, art. 240, estabelece o seguinte:
Art. 240 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena – (...)

Furto qualificado

(...)

§4º – Se o furto é praticado durante a noite:
Pena – (...)

Assim, e tendo por base o recurso apresentado, cabe-nos uma análise quanto as expressões ‘repouso noturno’ e ‘durante a noite’, no que passamos a fazer:

C

Neves¹, pg. 1216, leciona que as expressões ‘repouso noturno’ e ‘durante a noite’, não se confundem:

‘(...) repouso noturno não se confunde com noite. Esta ocorre do pôr ao nascer do sol; aquele significa o tempo que, convencionalmente, se tem por período de descanso no turno da população, sendo aceito consuetudinariamente o período compreendido entre as 22 horas e as 6 horas. A qualificadora aqui, portanto, ocorrerá simplesmente pelo fato de o delito ter sido praticado em período compreendido entre o pôr e o nascer do sol (noite), independentemente de o sujeito passivo estar em repouso noturno’.

No mesmo sentido, Masson², pg. 376:

‘Fica claro, portanto, que repouso noturno não se confunde com noite. Pode ser noite e não estar caracterizado o repouso noturno (exemplo: É noite

		<p>na Avenida Paulista, em São Paulo, às 21h00, mas não se pode falar em repouso noturno)'. Mirabete³, pg. 209 e 219: 'Não há identidade de sentido nas expressões <i>repouso noturno e noite</i>. Esta se caracteriza pela ausência de luz solar; aquela se identifica com o tempo em que a cidade ou local repousa (RT 423/449). O horário do repouso noturno, portanto é variável, de veno obedecer aos costumes locais relativos à hora em que a população se recolher e a em que desperta para a vida cotidiana (RT 503/431)'. Cunha⁴, pg. 256, conclui: 'em síntese, o critério para definir repouso noturno é variável, não se identificando com a noite, mas sim com o tempo em que a cidade ou local costumeiramente recolhe-se para o repouso diário'. Neste contexto, e com referência em autorizada doutrina, <u>não há justa causa para o deferimento do pedido pleiteado pelo recorrente.</u></p>
<p>17ª QUESTÃO PROVA A / 7ª PROVA B / 32ª PROVA C</p> <p>– Marque a alternativa CORRETA. Um militar que estando escalado de serviço de sentinela do Quartel, posto fixo de observação avançada, em noite fria e chuvosa, após iniciar o serviço é surpreendido por seu superior hierárquico, dentro do paiol de munição, afastado de seu posto, deitado e enrolado em um espesso cobertor, à luz do Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, comete:</p> <p>A. () Dormir em serviço, artigo 203 do CPM B. () Descumprimento da missão, artigo 196 do CPM. C. () Abandono de posto, artigo 195 do CPM. D. () Recusa de obediência, artigo 163 do CPM.</p>	<p>C</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>

18ª QUESTÃO PROVA A / 08ª PROVA B / 33ª PROVA C

– Em relação aos crimes preterdolosos previstos no Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Os crimes de violência contra o superior (artigo 157 do CPM) e violência contra militar de serviço (artigo 158 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo
- B. () É possível afirmar que existe tentativa para todos os crimes preterdolosos previstos no CPM, quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, sendo que, a pena do crime contra a pessoa é sempre diminuída de um terço e a da tentativa sempre diminuída da metade, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- C. () Os crimes de desrespeito a superior (artigo 160 do CPM) e ofensa aviltante a inferior (artigo 176 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.
- D. () Os crimes de rigor excessivo (artigo 174 do CPM) e violência contra o inferior (artigo 175 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta lesão corporal ou morte, atendendo-se, neste caso, as circunstâncias que evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

A

RECURSO NÃO CONHECIDO

21ª QUESTÃO PROVA A / 11ª PROVA B / 36ª PROVA C

– Acerca da ação penal militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A instauração de inquérito, por parte da autoridade policial militar, ocorrerá todas as vezes que o Ministério Público requisitar que se proceda diligências para esclarecimento do fato narrado por pessoa que esteja no exercício do direito de representação
- B. () No crime de “Hostilidade contra país estrangeiro” previsto no art. 136 do Código Penal Militar, a ação penal; sendo o agente militar, dependerá de requisição, que será feita ao procurador-geral da Justiça Militar, pelo Ministério a que o agente estiver subordinado.
- C. () O Ministério Público, após a apresentação da denúncia, poderá desistir da ação penal, se entender que não existe prova de ter o acusado concorrido para a infração penal.
- D. () A ação penal privada subsidiária da pública não é aplicável às infrações penais militares

B

Razão não assiste ao recorrente, uma vez que a alternativa “D” deve ser analisada não apenas sobre o enfoque do CPPM. Sem embargo da ausência da previsão da ação penal privada subsidiária da pública no código processual penal militar, devido a força normativa da Constituição, é necessário fazer a interpretação da assertiva com base no art. 5º, LIX da Carta Magna, o qual dispôs que “será admitida a ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal”. O disposto na Lei Maior não faz distinção entre crimes comuns e militares, não cabendo ao intérprete, nesse caso, realizar a interpretação restritiva da norma constitucional.

Nesse sentido, a doutrina é uníssona, como pode se perceber da leitura de Neves¹, Assis² e Roth³. Além do mais, o STF já teve a oportunidade de se pronunciar no presente assunto e também admitiu a possibilidade da promoção de ação penal privada subsidiária da pública, conforme PET. 4281/DF, de relatoria do Min. Celso de Mello, j. 10/08/09.

<p>22ª QUESTÃO PROVA A / 12ª PROVA B / 37ª PROVA C</p> <p>– Sobre o instituto da “DENÚNCIA”, marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () A denúncia que não preencher os requisitos previstos na lei, o juiz antes de rejeitá-la, mandará em despacho, remeter o processo ao órgão do Ministério Público para que, dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos, sejam preenchidos os requisitos que não o tenham sido</p> <p>B. () A extinção da punibilidade poderá ser reconhecida em qualquer fase do processo, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ouvido o Ministério Público, mesmo sendo este o autor do pedido.</p> <p>C. () A rejeição da denúncia pelo juiz de direito do juízo militar é um ato vinculado às hipóteses previstas na legislação processual penal militar.</p> <p>D. () Ocorrendo a morte do acusado, se declarará a extinção da punibilidade sem a certidão de óbito do acusado, bastando o relatório e solução do procedimento investigatório.</p>	<p>C</p>	<p>Razão não assiste ao recorrente, uma vez que a afirmação de que caso o Ministério Público requeira a extinção da punibilidade deve ser ouvido como <i>custos legis</i> não tem fundamentação legal.</p> <p>De forma oposta, o CPPM, em seu artigo 81 dispõe que “A extinção da punibilidade poderá ser reconhecida e declarada em qualquer fase do processo, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ouvido o Ministério Público, se dêste não fôr o pedido”. (destaque nosso).</p> <p>Dessa maneira, fica claro que se o <i>parquet</i> requerer a extinção de punibilidade não é necessário que ele seja ouvido antes de decisão da autoridade judicial.</p>
<p>23ª QUESTÃO PROVA A / 13ª PROVA B / 38ª PROVA C</p> <p>– Nos termos do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei n. 1.002, de 21/10/1969), o executor da busca domiciliar, estando ausente o morador, tem que seguir os procedimentos previstos na referida lei. Marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Tentará localizá-lo para lhe dar ciência da diligência e aguardará a sua chegada, se puder ser mediata</p> <p>B. () Entrará na casa, utilizando o serviço de um chaveiro, não sendo possível a utilização deste serviço, a arrombará, se necessário.</p> <p>C. () Fará a busca, rompendo, obrigatoriamente, todos os obstáculos em móveis ou compartimentos onde, presumivelmente, possam estar as coisas ou pessoas procuradas.</p> <p>D. () No caso de não ser encontrado o morador ou não comparecer com a necessária presteza, convidará pessoa capaz, que identificará para que conste do respectivo auto, a fim de testemunhar a diligência.</p>	<p>D</p>	<p>O legislador não exige para a entrada na casa que o executor do mandado utilize serviço de um chaveiro, como obrigação legal. Art. 179, II, “c” do CPPM</p>

<p>24ª QUESTÃO PROVA A / 14ª PROVA B / 39ª PROVA C</p> <p>– Em relação a “CONFISSÃO”, prevista no Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei n. 1.002, de 21/10/1969), marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Vigê no processo brasileiro o princípio da persuasão racional</p> <p>B. () A confissão é retratável e indivisível.</p> <p>C. () A confissão é cabível até o momento do interrogatório do acusado.</p> <p>D. () A confissão para ser válida tem que ser feita perante o Ministério Público.</p>	<p>A</p>	<p>Referente ao <i>caput</i> da questão, não se verifica que seria encontrada a resposta no texto legal, ele apenas serve de baliza. O texto é claro ao afirmar que “Em relação a “Confissão”, e não “de acordo com o texto expresso no Código de Processo Penal Militar” ou outro enunciado que poderia ser interpretado como que a resposta estaria no texto legal”.</p> <p>Por fim, a confissão e o princípio da persuasão racional estão intimamente relacionados uma vez que ambos se tratam do tema atos probatórios. ART. 297 do CPPM</p> <p>I</p>
<p>25ª QUESTÃO PROVA A / 15ª PROVA B / 40ª PROVA C</p> <p>– Considerando o que prevê o Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei n. 1.002, de 21/10/1969), a respeito “DAS PERÍCIAS E EXAMES”, marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () As perícias serão feitas por perito especializado no assunto ou com habilitação técnica, observando que o perito ou intérprete será nomeado de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade</p> <p>B. () A autoridade policial militar e a judiciária poderão requisitar dos institutos médico-legais, dos laboratórios oficiais e de quaisquer repartições técnicas, militares ou civis, as perícias e exames que se tornem necessários ao processo, bem como, para o mesmo fim, homologar os que neles tenham sido regularmente realizados.</p> <p>C. () A autoridade policial militar, o Ministério Público ou a judiciária, tendo em atenção à natureza do exame, marcará prazo razoável, que poderá ser prorrogado, para apresentação dos laudos.</p> <p>D. () O juiz não poderá negar a perícia, mesmo se a reputar desnecessária ao esclarecimento da verdade.</p>	<p>ANULADA</p>	<p>A assertiva “A” tratou do perito de forma genérica, não se referindo à quantidade. O CPPM definiu que o perito deverá ser alguém especializado no assunto ou com habilitação técnica, observando que o perito ou intérprete será nomeado de preferência dentre os oficiais da ativa, atendida a especialidade, conforme afirma a assertiva.</p> <p>Caso o examinador quisesse dar ênfase ao número de peritos previstos no CPPM, tornando a assertiva incorreta, deveria ter inserido de forma expressa a quantidade de forma diferente do dispositivo legal. Além do mais, por ter no texto da lei as palavras “sempre que possível”, verifica-se que caso seja necessário, a perícia pode ser realizada por apenas uma pessoa. Assim, não há erro na assertiva “A”. O fato da questão não estar literalmente igual ao CPPM, não significa que a assertiva está incorreta considerando o que prevê no CPPM.</p> <p>Dessa maneira, a forma em que a questão foi formulada induziu o candidato a erro, pois havia duas respostas corretas, sendo por isso sugerido a sua anulação.</p>

<p>26ª QUESTÃO PROVA A / 16ª – PROVA B / 06ª PROVA C</p> <p>– Em relação à Administração Pública e Governo, marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Existe diferença entre as três funções do Estado. Embora o poder estatal seja uno, indivisível e indelegável, ele desdobra-se em três funções: a legislativa, a executiva e a moderadora.</p> <p>B. () Em sentido objetivo, a Administração Pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo.</p> <p>C. () A função política compreende o serviço público, a intervenção, o fomento e a polícia.</p> <p>D. () O regime jurídico da Administração Pública é predominantemente de direito privado.</p>	<p>B</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>
<p>27ª QUESTÃO PROVA A / 17ª – PROVA B / 07ª – PROVA C</p> <p>– Em relação aos princípios da Administração Pública, marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.</p> <p>() O princípio da Moralidade Pública deve ser observado pelo administrador e pelo particular que se relaciona com a Administração Pública.</p> <p>() O princípio da Supremacia do Interesse Público não está presente no momento da elaboração da lei, mas somente no momento de sua execução em concreto pela Administração Pública.</p> <p>() A Presunção de Legitimidade ou de Veracidade abrange dois aspectos: de um lado, a presunção da verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois se a Administração Pública se submete à lei, presume-se, até prova em contrário, que todos os seus atos sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes.</p> <p>() O princípio da Motivação dispensa a Administração Pública de indicar os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, dado a dúvida jurisprudencial da plena aplicação deste princípio.</p> <p>() O princípio da Eficiência Pública foi inserido no texto constitucional por meio da Emenda n. 19, de 04/06/1998.</p>	<p>A</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>

<p>28ª QUESTÃO PROVA A / 18ª PROVA B / 08ª PROVA C</p> <p>– Os atos administrativos são classificados em espécie. Em relação ao conteúdo do Ato Administrativo, marque a alternativa INCORRETA.</p> <p>A. () A Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade</p> <p>B. () A Permissão, em sentido amplo, designa o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.</p> <p>C. () A Homologação é o ato bilateral e discricionário pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.</p> <p>D. () O Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.</p>	<p>C</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>
<p>29ª QUESTÃO PROVA A / 19ª PROVA B / 09ª PROVA C</p> <p>– Sobre o controle da Administração Pública são apresentadas as assertivas abaixo. Marque “V” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “F” para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.</p> <p>() A Constituição da República Federativa do Brasil/1988 prevê o controle externo da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, mas é silente quanto ao controle interno.</p> <p>() Não compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.</p> <p>() O controle da Administração Pública abrange não só os órgãos do Poder Executivo, mas também os dos demais Poderes, quando exerçam função tipicamente administrativa.</p> <p>() O controle administrativo decorrente do poder de autotutela pode ser provocado pelos administrados por meio dos recursos administrativos.</p> <p>() Não se reconhece o <i>habeas data</i> como ação judicial de controle da Administração Pública.</p>	<p>D</p>	<p>RECURSO NÃO CONHECIDO</p>

<p>Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo.</p> <p>A. () V, F, F, F, V.</p> <p>B. () F, V, F, V, F.</p> <p>C. () V, V, V, F, V.</p> <p>D. () F, F, V, V, F.</p>		
<p>35ª QUESTÃO PROVA A / 25ª PROVA B / 15ª PROVA C</p> <p>– Marque a alternativa CORRETA. A <u>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</u> poderá ser emendada mediante proposta:</p> <p>A. () Por unanimidade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.</p> <p>B. () De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.</p> <p>C. () Do Governador do Distrito Federal.</p> <p>D. () De metade das câmaras de vereadores de uma unidade da Federação.</p>	<p>B</p>	<p>A questão <u>não deve ser anulada</u>, pois conforme o artigo 60 CR/88, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das assembleias legislativas[...] prevalece o gabarito oficial que transcreveu os dizeres do inciso I do mesmo artigo.</p>
<p>36ª QUESTÃO PROVA A / 26ª PROVA B / 16ª PROVA C</p> <p>– Com fulcro na Lei Estadual n. 5.301, de 10/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), especialmente no que concerne às disposições do seu “CAPÍTULO II - Da Hierarquia e da Precedência Militar”, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.</p>		

<p>I. A relação nominal dos oficiais da ativa constará dos “almanaques” da Polícia Militar, que serão organizados anualmente e cuja distribuição dar-se-á nos respectivos cinco quadros de oficiais previstos no EMEMG, de acordo com a antiguidade dos postos.</p> <p>II. O ingresso em todos os quadros de oficiais da PMMG dar-se-á no posto inicial da carreira, ou seja, de 2º Tenente, desde que cumpridos os requisitos previstos no EMEMG, sendo que, apenas para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) é exigido o cumprimento do período de estágio na graduação de Aspirante-a-Oficial.</p> <p>III. Um dos requisitos comuns ao ingresso em qualquer um dos quadros de oficiais da PMMG é a necessidade de prévia aprovação em Curso de Formação ou de Habilitação na Instituição.</p> <p>IV. Uma das formas de regulação da precedência hierárquica entre os oficiais da ativa da PMMG do mesmo posto é fixada pela precedência funcional, que, dentre outras situações, é conferida aos oficiais do Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) em relação aos oficiais dos demais quadros.</p> <p>Marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () Apenas a assertiva III está correta.</p> <p>B. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.</p> <p>C. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.</p> <p>D. () Todas as assertivas estão corretas.</p>	<p>C</p>	<p>((...)) apenas para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) é exigido o cumprimento do período de estágio na graduação de Aspirante-a-Oficial.)</p> <p><u>A alternativa Trata de Quadro de Oficiais da Polícia Militar</u> que, apenas para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) é exigido o cumprimento do período de estágio na graduação de Aspirante-a-Oficial. não mencionado o QOBM por ser outra instituição, por isso não deve ser anulada.</p>
--	-----------------	--

<p>37ª QUESTÃO PROVA A / 27ª PROVA B / 17ª PROVA C</p> <p>– Dentre o rol dos princípios de ética militar listados na Lei Estadual n. 14.310, de 19/06/2002, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), tem-se que o militar deverá abster-se, mesmo na reserva remunerada, do uso das designações hierárquicas em determinadas situações elencadas no referido Código. Assim, marque a alternativa CORRETA que contenha uma dessas situações a que se refere o CEDM.</p> <p>A. () Em atividades religiosas B. () No exercício de cargo de natureza pública, na administração pública direta ou indireta. C. () Em circunstâncias prejudiciais à sua saúde. D. () Para discutir ou provocar discussão de cunho político-partidário.</p>	<p>A</p>	<p><u>Questão deve não ser anulada pois discutir política não é proibido.</u></p> <p>Art. 14 - São transgressões disciplinares de natureza média(...) XVI –abster-se, mesmo na reserva remunerada, do uso das designações hierárquicas:</p> <p>b) para discutir ou provocar discussão pela imprensa a respeito de assuntos institucionais;</p>
<p>38ª QUESTÃO PROVA A / 28ª PROVA B / 18ª PROVA C</p> <p>– Com fulcro na Lei Estadual n. 14.310, de 19/06/2002, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () A sanção de reforma disciplinar compulsória consiste no desligamento de militar da ativa dos quadros da Instituição Militar Estadual B. () A sanção de reforma disciplinar compulsória poderá ser aplicada tanto ao militar que, estando no conceito “C”, foi submetido a Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS) por reincidência em falta disciplinar de natureza grave, quanto àquele que, estando no mesmo conceito, foi submetido a Processo Administrativo-Disciplinar (PAD) por haver cometido nova falta disciplinar grave. C. () O aconselhamento ou advertência verbal pessoal consistem em uma admoestação verbal ao transgressor e requerem, para a sua aplicação, a concordância com o parecer do CEDMU. D. () No julgamento da transgressão, a depender do somatório de pontos obtidos numa escala de 1 a 30 pontos negativos, serão aplicadas as seguintes sanções disciplinares: advertência, repreensão, prestação de serviço ou suspensão. Independentemente das referidas sanções ou cumulativamente com elas, poderão ser aplicadas as seguintes medidas: cancelamento de matrícula, com desligamento de curso, estágio ou exame; destituição de cargo, função ou comissão e movimentação de unidade ou fração.</p>	<p>D</p>	<p>Art. 24 –Conforme a natureza, a graduação e as circunstâncias da transgressão, serão aplicáveis as seguintes sanções disciplinares:</p> <p>I –advertência; II – repreensão; III – prestação de serviços de natureza preferencialmente operacional, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas; IV – suspensão, de até dez dias; V – reforma disciplinar compulsória; VI – demissão; VII – perda do posto, patente ou graduação do militar da reserva.</p> <p><i>Não ha necessidade de se aplicar cumulativamente as medidas elencadas se o militar for demitido, reformado disciplinarmente ou perder posto e patente. A Argumentação do candidato foi protelatória, sem fundamento;</i></p>

39ª QUESTÃO PROVA A / 29ª PROVA B / 19ª PROVA C

– Nos termos da Lei n. 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha), analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.
- II. O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas, familiares e profissionais no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e trabalho excessivo.
- III. Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida é uma das providências que a autoridade policial deverá adotar no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- IV. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, alguns procedimentos elencados na Lei Maria da Penha, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal. Dentre eles, deverá a referida autoridade remeter, no prazo de 24 horas, expediente apartado ao juiz por intermédio do Ministério Público com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () As assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () As assertivas II e IV estão incorretas.
- C. () Apenas a assertiva IV está incorreta.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

B

Não houve INOBSERVÂNCIA DO EDITAL pois a questão apresentou 4 alternativas conforme item 6.6 do edital

<p>40ª QUESTÃO PROVA A / 30ª PROVA B / 20ª PROVA C</p> <p>– Com fulcro na legislação nacional vigente, marque a alternativa CORRETA.</p> <p>A. () A Lei n. 11.343/06, ao estabelecer os procedimentos para investigação criminal do tráfico ilícito de drogas, prevê que a autoridade policial poderá, independentemente de prévia autorização judicial e oitiva do Ministério Público, decidir pela não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.</p> <p>B. () Nos termos da Lei n. 8.429/92, constitui condição de prosseguibilidade a representação, escrita ou reduzida a termo e assinada, de qualquer pessoa ofendida perante a autoridade administrativa competente ou ao Ministério Público, para que haja a instauração do inquérito policial ou procedimento administrativo destinados a apurar a prática de ato de improbidade praticado por qualquer agente público.</p> <p>C. () A Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), no lugar do auto de prisão em flagrante estabeleceu o procedimento do auto de apreensão em flagrante do menor, destinado à apreensão da criança ou adolescente autor de ato infracional, ou seja, da conduta descrita como crime ou contravenção penal.</p> <p>D. () A “ação controlada” prevista na Lei n. 12.850/13 (Lei de Combate e Repressão ao Crime Organizado), que é uma forma do que a doutrina denomina de “flagrante prorrogado” ou “diferido”, não encontra qualquer vedação expressa quanto à sua aplicação à investigação de crimes militares e independe de prévia autorização judicial e oitiva do Ministério Público para a efetivação da medida pela autoridade policial.</p>	<p>D</p>	<p>No caso de não ocorrer o emprego de violência ou grave ameaça será facultativa a lavratura do auto de apreensão, devendo ser instaurado um boletim de ocorrência circunstanciado. Conforme nos ensina Liberati:</p> <p>Se o ato infracional praticado pelo adolescente não estiver revestido com as características da violência e da grave ameaça à pessoa, mesmo tendo sido apreendido em flagrante, o parágrafo único do art. 173 autoriza o delegado de polícia especializado a substituir o auto pelo boletim de ocorrência circunstanciado. (LIBERATI, WILSON DONIZETI, 1995, p. 153).</p> <p>Para Valter Kenji Ishida (2008, p. 292): “Nesse caso, a autoridade policial somente encaminha ao Poder Judiciário o menor mediante termo circunstanciado”.</p> <p>ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 9ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008</p> <p><i>LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1995.</i></p>
---	-----------------	--

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2016.

(a) GRAZIELA CARPINSKI CORRÊA, MAJ PM
 Resp. p/Chefia do Centro de Recrutamento e Seleção